



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

SEÇÃO DE LICITAÇÃO
Rua do Acre, 80- sala 604-Centro/Rio Janeiro –CEP: 20.081-000
Telefone/Fax: 2282-8682 -2282-8016

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/15

Proc. nº TRF2-EOF-2015/00292

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, **Portaria nº 307 de 15 de setembro de 2015**, torna público, a abertura do certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, realizado por meio da internet, no *site*: www.comprasnet.gov.br. O certame será regido pelas disposições das Leis 8.666/93 e 10.520/02, do Decreto 5.450/05, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Decreto 6.204/07, e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
Data: 23 de dezembro de 2015	Horário (de Brasília) 11h00
Local: www.comprasnet.gov.br	

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência; **CÓD SIASG 134635**

Anexo II - Certificado de Vistoria;

Anexo III - Minuta do Contrato Administrativo

1 - **OBJETO:** Prestação de serviços de instalação, comissionamento, programação, ajuste, licenciamento e treinamento de uso e operação do sistema de radiocomunicação digital, com fornecimento de equipamentos, para o complexo predial deste E.Tribunal e o Centro Cultural Justiça Federal - CCJF, operando na faixa UHF, e atendendo às normas do Ministério das Comunicações / ANATEL, conforme o Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015 e seu Anexo I, na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

1.1 - O endereço do Tribunal Regional Federal da 2ª Região é Rua Acre, nº 80 - Centro/Rio de Janeiro/RJ.

1.2 - O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.



2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

- 2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do *site* www.comprasnet.gov.br. A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.
- 2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá manifestar, através de declaração virtual inserida em campo próprio do sistema Comprasnet, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.
- 2.3 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.
- 2.4 - Não poderão participar deste Pregão:
- 2.4.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
 - 2.4.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;
 - 2.4.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 2.4.4- Empresas que estejam reunidas em consórcio;
 - 2.4.5- As Sociedades Cooperativas de Mão de Obra, constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 16/02/71, tendo em vista o Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, constante do Anexo III deste Edital;
 - 2.4.6 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - 2.4.7 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
 - 2.4.8 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa);
 - 2.4.9 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.



2.4.10 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/98.

2.4.11 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias. Serão aceitas somente cópias legíveis.

2.7 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.comprasnet.gov.br. (art. 3º do Decreto 5450/05).

3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).

3.3 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).

3.4 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).



4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente envio da proposta de preços, e quando for o caso, seus anexos, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, no **VALOR TOTAL DO OBJETO**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.
- 4.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I;
- 5.6 - Preço unitário e total, conforme modelo de planilha constante do item 7 do Termo de Referência , Anexo I.
 - 5.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto.
- 5.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;
- 5.8 - **Prazo de execução dos serviços**, que será de 90 (noventa) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;



- 5.9 - O Prazo de garantia dos serviços, conforme item 5 do Termo de Referência, Anexo I, é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 5.10 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.7 a 5.9, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital;
- 5.11- **Declaração da licitante** comprometendo-se a prestar a Assistência Técnica, por período igual ou superior a garantia, indicando nome e endereço e demais informações de contato de empresa estabelecida no Estado do Rio de Janeiro para a Assistência Técnica, caso a licitante seja de outra UF.
- 5.12 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet, ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016 ou 2282-8682, ou do e-mail cpl@trf2.jus.br.
- 5.12.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.
- 5.13 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.14 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.15 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no COMPRASNET e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.
- 5.16 - Serão desclassificadas as propostas que contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação e/ou não atenderem às exigências deste Pregão.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

- 6.1 - Os preços deverão ser cotados em Reais, com apenas duas casas decimais;
- 6.2 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis;



- 6.3 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe à autora da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação;
- 6.4 - Valor máximo aceito será aquele estimado pela Administração.
- 6.5 - Os preços são fixos e irrevogáveis.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
 - 7.1.1 - As licitantes deverão enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total do objeto** desta licitação, sob pena de desclassificação da mesma.
 - 7.1.2 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.3 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por eles ofertado e registrado no sistema.
- 7.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.5 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 min (*trinta minutos*), aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 7.5.1 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
 - 7.5.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 7.6 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

- 7.6.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação às participantes, no endereço eletrônico: www.comprasnet.jus.br.
- 7.7 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.

8 - DO PROCEDIMENTO

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com o requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL do objeto**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL do objeto**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.



- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 - A habilitação da licitante será comprovada mediante consulta *on line* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da validade dos documentos abaixo:
- 9.1.1 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, **alterada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.821/2014**).
- 9.1.2 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
- 9.1.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.1.5 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.



- 9.1.6 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via fac-símile, a documentação atualizada, quando solicitada pelo pregoeiro.
- 9.2 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:
- 9.2.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
- 9.2.2 - DECLARAÇÃO, exigida somente das empresas que se enquadram na previsão do art. 11 do Decreto 6.204/07, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei;
- 9.2.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- 9.2.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.
- 9.2.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 – SLTI, de 16 de setembro de 2009.
- 9.3 - Apresentar a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

9.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 9.4.1 - Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA, que comprove a especialização da licitante na área de engenharia de telecomunicação ou eletrônica e seu atual quadro de responsáveis técnicos;
- 9.4.2 - Indicação do responsável técnico, dentre os arrolados na certidão de que trata o subitem anterior, que será responsável por todos os serviços a serem desenvolvidos;
- 9.4.3 - Comprovante de Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;
- 9.4.3.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica, devidamente registrada no CREA, comprovando que a licitante tenha prestado serviços similares de complexidade operacional equivalente ou superior aos do objeto desta especificação técnica.



- 9.4.4 - **Registro ou Homologação, fornecido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)**, referente aos equipamentos oferecidos, objeto desta licitação, constando como requerente, a licitante, ou o fabricante, ou o distribuidor.
- 9.5 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.
- 9.6 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 9.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa e empresa de pequeno porte terá prazo adicional de **5 (cinco) dias úteis**, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativa ou positiva com efeito de negativa.
- 9.7.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.7 implicará inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.
- 9.8 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (21) 2282-8682 ou 2282 - 8016 ou para o endereço eletrônico cpl@trf2.jus.br, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.8.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do **Pregoeiro**, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região -Seção de Licitação - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº ____/2015.

10 - DA VISTORIA

- 10.1 - A licitante poderá vistoriar os locais onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, oportunidade em que será fornecido o Certificado de Vistoria, constante do Anexo II;

10.2 - Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão;

10.3 - O dia e o horário destas visitas deverão ser previamente agendados, pelos telefones:

Seq	Local/Endereço	Município	Telefone
1	Prédio do TRF - Rua do Acre, 80 - Centro	Rio de Janeiro	(21) 2282-8013
2	Unidade A do TRF - Rua Beneditinos, 24 - Centro	Rio de Janeiro	(21) 2282-8522
3	Unidade B do TRF - Rua Visconde de Inhaúma, 68 - Centro	Rio de Janeiro	
4	CCJF - Av. Rio de Branco, 243 - Centro	Rio de Janeiro	(21) 3261-2554

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes dos serviços objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRes	Elementos de Despesa	Valor Estimado Total Anual
02.061.0569.4257.6013	085385	44.90.52.06	R\$ 831.231,03

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

12.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na "homepage" do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em andamento", e no *site*: www.comprasnet.gov.br, na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones/FAX de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

12.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.



- 12.4 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 12.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

- 13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 13.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 13.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 13.4 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 13.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.5.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF-2ªRG convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à Divisão de Contratos, na Rua do Acre nº 80 - 16º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.



- 14.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 14.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e da CNDT, a qual deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do contrato.
- 14.4 - Quando a vencedora da licitação não fizer as comprovações referidas nos subitens 14.2 e 14.3 ou, quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 14.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 14.6 - **GARANTIA CONTRATUAL:** Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 56, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, no valor equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global do contrato a ser firmado.
- 14.6.1 - A contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la válida e atualizada.
- 14.6.2 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato.
- 14.6.3 - A perda da garantia em favor do contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no contrato.
- 14.6.4 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.



14.6.5 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

14.7 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO: Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei nº 8883/94, o objeto da presente licitação será recebido mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

- 15.1 - **Provisoriamente** - imediatamente após fornecimento dos equipamentos e a conclusão dos serviços, incluindo o treinamento, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.
- 15.2 - **Definitivamente** - no prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais;
- 15.3 - Os termos serão emitidos pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designado na forma estabelecida no subitem 15.6 deste edital, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos;
- 15.4 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação;
- 15.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 15.6 - Após a assinatura do contrato, o TRF-2ªRG designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.



16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será efetuado em parcelas, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, **discriminativo materiais e dos serviços**, devidamente atestado pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, em até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto, conforme abaixo:

a) 40% (quarenta por cento) do valor global do contrato após o fornecimento de todo o material necessário para a implantação do sistema de radiocomunicação portátil;

b) 40% (quarenta por cento) do valor global do contrato após a realização dos serviços de instalação e implantação necessários para o perfeito funcionamento de todo o sistema de radiocomunicação portátil;

c) 20% (vinte por cento) do valor global do contrato após a total aceitação do sistema de radiocomunicação portátil por parte da gestão do contrato, através da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

16.1.1 -No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

16.1.2 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

16.2 - **O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras, situado na Rua Dom Gerardo, 46, 12º andar, Centro - Rio de Janeiro, no horário de 12 às 17 horas, que também deverão ser enviados eletronicamente ao e-mail dicom@trf2.jus.br.**

16.3 - As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nºs 539 de 25/04/05 e 706 de 09/01/2007 e pela In RFB nº 765 de 02.08.2007;

16.5 - **A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU);**



- 16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;
- 16.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido ao contratado para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 15.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 16.7 – Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza será observado o disposto na Lei Complementar n.º 116/03 e a legislação municipal aplicável.
- 16.8 – Por se tratar o Contrato de prestação de serviços com fornecimento de materiais, será obrigatória a discriminação, no documento fiscal, do valor correspondente aos materiais aplicados.
- 16.9 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- 16.9.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.9, a contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

17 -DAS PENALIDADES

- 17.1 - A Licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 17.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 17.2 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.
- 17.3 - Penalidades a que está sujeita a contratada inadimplente:
- a) Advertência;
 - b) Multa;



- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o TRF-2ªRG, pelo prazo de 2 (*dois*) anos.
 - d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 17.4 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo, discriminadas:
- 17.4.1 - A inexecução, total ou parcial, do contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:
 - a) Multa compensatória de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
 - b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
 - c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário inadimplente.
- 17.5 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas sujeitá-las-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- 17.5.1 - A multa moratória acima estipulada fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.
- 17.6 - Caso as multas previstas nos subitens 17.4 e 17.5 não sejam pagas no prazo estabelecido, serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou, ainda, cobradas judicialmente, se for o caso.
- 17.7 - Se as multas supracitadas forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.
- 17.8 - O período de atraso será contado em dias corridos.
- 17.9 - A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda o contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.
- 17.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24/12 de 16.12.04, atualizada em 08/06/2005.
- 17.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à adjudicatária, na forma da lei.
- 17.12 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.



18 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:
- 18.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: **www.trf2.gov.br**, opção "**Licitações e Contas / Licitações em andamento**", e **www.comprasnet.gov.br**, opção "**visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos**", e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinte e quatro*) horas da data inicialmente marcada;
- 18.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;
- 18.1.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.
- 18.2 - **A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do que estabelece o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;**
- 18.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.
- 18.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;
- 18.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, quinta-feira, 10 de dezembro de 2015

Francisco Luis Duarte
Pregoeiro



A N E X O I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/15

Proc. TRF2-EOF-2015/00292

1 - OBJETO: Prestação de serviços de instalação, comissionamento, programação, ajuste, licenciamento e treinamento de uso e operação do sistema de radiocomunicação digital, com fornecimento de equipamentos, para o complexo predial deste E.Tribunal e o Centro Cultural Justiça Federal - CCJF, operando na faixa UHF, e atendendo às normas do Ministério das Comunicações / ANATEL, conforme o Edital do Pregão Eletrônico nº 117/2015 e seu Anexo I, na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1 – O fornecimento deverá ser de TODO O LOTE.

2.2 – Deverão ser previstos pela contratada todo material/equipamento necessário à instalação do sistema tais como ferragens, materiais de consumo, kit de programação, software e etc.

2.3 – Correrá, sob as expensas da contratada, todas os custos iniciais decorrentes do projeto técnico do sistema de radiocomunicação em questão, incluindo honorários e taxas emitidas pela ANATEL (PPDUR, PPDESS, TFI, etc).

2.4 - A Contratada deverá elaborar plano de frequência, se necessário, bem como efetuar quaisquer outras alterações correlatas aos serviços contratados, sempre com o objetivo de garantir a cobertura do sistema no interior do complexo predial do Contratante e a intercomunicação entre os usuários desses mesmos prédios, sendo ainda de sua responsabilidade a realização de eventuais testes prévios de cobertura, sem ônus para o Contratante;

2.5 – Os espaços para instalação das estações fixas e repetidoras, bem como todos os ônus decorrentes de sua utilização, serão de responsabilidade da contratante.

2.6 – A interligação IP entre os equipamentos instalados nos diversos prédios da contratante deverá ser feita utilizando-se a rede privada da contratante ("LAN" e "WLAN"), sendo vedada a contratação de provedores externos.

2.7 – Toda a configuração da rede corporativa do contratante, necessária ao bom funcionamento do sistema de radiocomunicação, deverá ser solicitada pela contratada à contratante.



2.8 – O protocolo do projeto técnico entregue à Anatel faz parte do rol de itens a serem entregues ao contratante, quando da entrega dos equipamentos adquiridos pelo presente certame.

2.9 – Serão de responsabilidade da contratada a instalação e o comissionamento de todos os equipamentos nos locais definidos pela contratante, conforme quadro a seguir:

<i>Seq</i>	<i>Local/Endereço</i>	<i>Município</i>	<i>Tipo do rádio</i>
1	Prédio do TRF – Rua do Acre, 80 - Centro	Rio de Janeiro	Estação fixa p/ Gerenciamento
2	Prédio do TRF – Rua do Acre, 80 - Centro	Rio de Janeiro	Repetidora c/ link IP
3	Unidade A do TRF – Rua Beneditinos, 24 - Centro	Rio de Janeiro	Repetidora c/ link IP
4	Unidade B do TRF – Rua Visconde de Inhaúma, 68 - Centro	Rio de Janeiro	Repetidora c/ link IP
5	Centro Cultural Justiça Federal -CCJF – Av. Rio de Branco, 243 - Centro Rio	Rio de Janeiro	Repetidora c/ link IP

2.10 – Será de responsabilidade da contratada a elaboração de projeto técnico para atualização e adequação, junto à ANATEL, das licenças já emitidas e em vigor para o TRF, a fim de permitir o correto funcionamento do sistema a ser fornecido.

2.11 – Caberá à Contratada, na execução do objeto, o atendimento às normas da Anatel e demais Órgãos Públicos, bem como a previsão de todos os procedimentos legais por eles exigidos na escolha de equipamentos, especificações técnicas, instalação de todos os componentes do sistema nos diferentes locais nas dependências do contratante e os relativos à legalização do sistema apresentado e aceito pelo contratante, ficando as despesas decorrentes desses procedimentos legais a cargo da Contratada, incluindo pagamento das taxas e impostos requeridos pela ANATEL.

2.12 – Todos os transceptores deverão ser fornecidos com os seguintes acessórios: 01 (uma) antena, 01 (um) clip de fixação, 01 (uma) bateria reserva, 01 (um) carregador de mesa, 01 (uma) capa de couro. Os transceptores digitais com display deverão ser fornecidos com 01 (um) headphone com microfone, com tecnologia Bluetooth, apropriado para a atividade do Agente de Segurança Judiciária do contratante.

2.13 - O sistema de radiocomunicação deverá sempre funcionar perfeitamente em toda área especificada no **item 2.5**. Deverá ser possível, inclusive, a comunicação entre rádios transceptores que estejam posicionados nos diferentes endereços fornecidos no **item 2.9**.

2.14 - Em toda a área especificada **no item 2.5**, a comunicação deverá ser de ótima qualidade, sendo que a inteligibilidade das mensagens, tanto nos transceptores quanto na central, deverá ser sempre perfeita.

2.15 - Deverá ser prevista, no sistema instalado, qualquer tipo de interferência que possa afetar o sistema de radiocomunicação móvel do TRF, assim como as medidas a serem tomadas para a sua eliminação.

2.16 - O projeto implantado deverá conter as soluções propostas explicadas de forma detalhada, embasando todas as opções apresentadas quanto à escolha de tecnologia, tipo de equipamentos, dados de ajustes, etc.

2.17 - A execução do levantamento de campo/comissionamento do sistema de radiocomunicação deverá ter como objetivo a identificação de falhas (conceituais e operacionais/execução) no sistema, através da verificação, inspeção e testes, que deverão constar de relatório conclusivo.

2.18 - A contratada deverá, na execução do objeto, buscar configurações e programações que permitam, aos usuários e operadores do sistema proposto, o rápido acionamento dos canais de comunicação, possibilitando, inclusive, a escolha automática de canal a ser utilizado, de acordo com a área de localização do emissor e do receptor envolvido.

2.19 - Na implantação do sistema não poderão ser apresentadas, em hipótese alguma, soluções que envolvam a utilização de canais de operadoras de telefonia e /ou radiocomunicação digital.

2.20 - Deverá constar da documentação fornecida planilha de quantitativos destacando os materiais, equipamentos, dispositivos, acessórios e serviços com suas respectivas quantidades, o preço unitário e o preço global.

2.21 - A contratada deverá fornecer a documentação completa do sistema instalado, com a indicação e exata localização dos pontos de repetição, além da especificação técnica completa dos equipamentos a serem utilizados nestes locais e estações fixas. Da mesma forma, deverá constar a especificação técnica completa das antenas a serem instaladas nos diferentes pontos de repetição e pontos fixos, assim como deverão ser indicados tipos de conectores a serem utilizados, acabamentos e presilhas de cabos, kits de fixação, fontes de tensão, transformadores, duplexadores, filtros, dispositivos de proteção contra surtos elétricos e demais acessórios necessários à perfeita instalação e funcionamento dos itens.

2.22 - A documentação apresentada deverá conter, de forma clara e explícita, os dados de programação e ajuste de todos os elementos que comporão o novo sistema de radiocomunicação.



2.23 - Deverá ser ministrado treinamento ao pessoal que operará os equipamentos, com duração mínima de oito horas, com finalidade de capacitação e habilitação ao bom uso e operação do sistema, incluindo a resolução de falhas, panes e problemas operacionais de funcionamento.

3. ESPECIFICAÇÕES DO SISTEMA - O sistema será composto de:

Item	Descrição	Quantidade
01	Rádio comunicador portátil digital UHF, sem display, sem teclado, de acordo com o item 3.1 dessa especificação.	105
02	Rádio comunicador portátil digital UHF, com display, com teclado, com GPS, de acordo com o item 3.2 dessa especificação.	25
03	Rádio comunicador digital UHF, para uso fixo, sem display, com características e conteúdo de acordo com o item 3.3 dessa especificação.	04
04	Estação repetidora digital UHF, com características e conteúdo de acordo com o item 3.4 dessa especificação.	04
05	Software para gerenciamento e despacho em rede de radiocomunicação digital, compatível com plataforma de funcionamento com múltiplos sites, com características e de acordo com o item 3.5 dessa especificação.	01
06	Computador tipo desktop para funcionamento de software de gerenciamento de rede de rádio digital, com características e de acordo com o item 3.6 dessa especificação.	02
07	Serviços de instalação	01
08	Comissionamento, programação e ajuste do sistema.	01
09	Projeto técnico para licenciamento de estações de radiocomunicação junto à ANATEL e demais providências legais, conforme definições listadas no item 3.7 dessa especificação.	01
10	Treinamento de uso e operação do sistema de radiocomunicação fornecido e instalado, conforme definições listadas no item 3.8 dessa especificação.	01

Os itens 3.1 a 3.6 descrevem as configurações mínimas dos equipamentos a serem fornecidos.

3.1. Rádio comunicador portátil digital, sem display, sem teclado:

3.1.1. Rádio transceptor portátil em UHF, com capacidade de funcionamento nos modos analógico (FM) e digital (TDMA), com as seguintes características mínimas:

- Possibilidade de chamada seletiva de rádio, chamada de grupo, chamada para outro grupo, com opção de operação em modo convencional ponto a ponto;
- Faixa de frequência: 450-470 MHz;
- Número de canais: Mínimo de 32 (trinta e dois);

- Bateria recarregável de alta-capacidade, mínimo 2100 mA, do tipo íon lítio, com autonomia mínima de 16 (dezesesseis) horas em modo digital, conforme ciclo de trabalho (5/5/90);
- Bluetooth interno de fábrica, sem necessidade de acréscimo de circuitos ou acessórios extras para o seu funcionamento, com alcance igual ou superior a 10 metros;
- Dotado de inteligência para permitir a transição ("roaming") entre dois ou mais sites de repetição do sistema;
- Construção do rádio a prova de pó (poeira), imersão na água, corrosão, vibrações mecânicas, choques térmicos e impactos (conforme especificação de proteção IP57 e Normas MIL-STD 810 C/D/E/F/G);
- Peso máximo do equipamento de 360 gramas, com antena e bateria;
- Potência de transmissão: 5,0 Watts, com possibilidade de redução por canal;
- Espaçamento de canais: 12,5/25 kHz programável via software;
- Checagem remota de funcionamento de Rádio;
- Temporizador de Chamadas;
- Possibilitar a utilização de acessório de áudio com eliminador de ruído ambiente, facilmente acoplável através de plugue/conector e por conexão sem fio;
- Programável por computador tipo PC através de comunicação padrão USB, utilizando-se software proprietário disponível na língua portuguesa;
- Capacidade de programação remota do rádio, para alteração de grupo ou ID, sem a necessidade de conexão física ao equipamento, operado por software em português.

3.1.2. Conteúdo mínimo obrigatório:

- 01(um) Transceptor Portátil digital;
- 01(uma) Antena Heliflex;
- 01(uma) Bateria de íon de lítio de alta capacidade;
- 01(um) Clipe de cinto;
- 01(um) Estojo de couro com alça para transporte a tiracolo;
- 01(um) Carregador de Bateria Rápido – Inteligente (micro-processado);
- 01(um) Manual de utilização em PORTUGUÊS.



3.2. Rádio comunicador portátil digital, com display, com teclado, com GPS, conforme segue:

3.2.1. Rádio transceptor portátil em UHF , com capacidade de funcionamento nos modos analógico (FM) e digital (TDMA), dotado de tela e teclado que permitam a navegação pelos menus de operação, exibição do ID chamador e o envio e recebimento de mensagens de texto, com as seguintes características mínimas:

- Possibilidade de chamada seletiva de rádio, chamada de grupo, chamada para outro; grupo e com opção de operação em modo convencional ponto a ponto;
- Faixa de frequência: 450-470 MHz;
- Número de canais: Maior ou igual a 1000 canais (um mil canais);
- Display de cristal líquido colorido, com pelo menos quatro linhas, e teclado que permitam ao usuário navegar entre os menus de operação do rádio e enviar/receber mensagens de texto à outros equipamentos e à central de operações;
- Bateria recarregável de alta-capacidade, mínimo 2100 mA, do tipo íon lítio, com autonomia mínima de 16 (dezesseis) horas em modo digital, conforme ciclo de trabalho (5/5/90);
- GPS interno de fábrica, sem necessidade de acréscimo de circuitos ou acessórios extras para o seu funcionamento, com tempo de aquisição a frio para o primeiro ponto fixo inferior a 60 segundos;
- Bluetooth interno de fábrica, sem necessidade de acréscimo de circuitos ou acessórios extras para o seu funcionamento, com alcance igual ou superior a 10 metros;
- Dotado de inteligência para permitir a transição ("roaming") entre dois ou mais sites de repetição do sistema;
- Construção do rádio a prova de pó (poeira), imersão na água, corrosão, vibrações mecânicas, choques térmicos e impactos (conforme especificação de proteção IP57 e Normas MIL-STD 810 C/D/E/F/G);
- Peso máximo do equipamento de 360 gramas, com antena e bateria - Potência de transmissão: 5,0 Watts, com possibilidade de redução por canal;
- Espaçamento de canais: 12,5/25 kHz programável via software;
- Checagem remota de funcionamento de Rádio;
- Temporizador de Chamadas;
- Possibilitar a utilização de acessório de áudio com eliminador de ruído ambiente, facilmente acoplável através de plugue/conector e por conexão sem fio;

- Programável por computador tipo PC através de comunicação padrão USB, utilizando-se software proprietário disponível na língua portuguesa;
- Capacidade de programação remota do rádio, para alteração de grupo ou ID, sem a necessidade de conexão física ao equipamento, operado por software em português.

3.2.2. Conteúdo mínimo obrigatório:

- 01(um) Transceptor Portátil digital;
- 01(uma) Antena Heliflex
- 01(uma) Bateria de íon de lítio de alta capacidade
- 01(um) fone de ouvido com microfone de lapela, tecnologia Bluetooth
- 01(um) Clipe de cinto
- 01(um) Estojo de couro com alça para transporte a tiracolo
- 01(um) Carregador de Bateria Rapido – Inteligente (micro-processado);
- 01(um) Manual de utilização em PORTUGUÊS.

3.3. Rádio comunicador digital, para uso fixo, sem display, conforme segue:

3.3.1. Rádio transceptor para uso fixo em UHF, com capacidade de funcionamento nos modos analógico (FM) e digital (TDMA), equipado com microfone de mão com tecla de PTT e cabo espiralado, com as seguintes características mínimas:

- Faixa de frequência a atender: 450-470 MHz;
- Número de canais: Mínimo de 32 (trinta e dois);
- Bluetooth interno de fábrica, sem necessidade de acréscimo de circuitos ou acessórios extras para o seu funcionamento, com alcance igual ou superior a 10 metros - Potência de transmissão: 45,0 Watts, com possibilidade de redução por canal;
- Espaçamento de canais: 12,5/25 kHz programável via software;
- Atender as Normas MIL-STD 810 C/D/E/F/G;
- Checagem remota de funcionamento do rádio;
- Temporizador de Chamadas;
- Possibilitar a utilização de acessório acoplável através de plugue/conector e por conexão sem fio - Programável por computador tipo PC através de comunicação padrão USB, utilizando-se software proprietário disponível na língua portuguesa;



- Capacidade de programação remota do rádio, para alteração de grupo ou ID, sem a necessidade de conexão física ao equipamento, operado por software em português;
- Montagem em gabinete metálico de mesa dotado de fonte de alimentação - Fonte de alimentação com entrada 127/220 Vca, saída 13,8 Vcc (+/- 0,4 Vcc), corrente contínua maior ou igual a 20 A, corrente de pico maior ou igual a 26 A, e flutuador de baterias com corrente máxima de 4 A;
- Dimensões máximas do equipamento, montado no gabinete com fonte de alimentação inclusa: 21 cm x 15 cm x 27 cm (LxAxP);
- Bateria estacionária 12 Vcc, para uso em conjunto com o flutuador da fonte de alimentação, com capacidade igual ou superior a 60 Ah;
- Sistema irradiante composto de antena omnidirecional 2x5/8 de onda (ganho de 3dBi), com ferragens de fixação e montagem inclusas, e 30 (trinta) metros de cabo coaxial flexível de 1/2" 50 ohms, tipo RG213, com malha cobertura de malha igual ou superior a 90%.

3.3.2. Conteúdo mínimo obrigatório:

- 01(um) Transceptor digital para uso fixo;
- 01(um) microfone de mão com tecla de PTT e cabo espiralado;
- 01(um) Gabinete metálico dotado de fonte de alimentação;
- 01(uma) Bateria estacionária;
- 01(uma) Antena omnidirecional;
- 30(trinta) metros de cabo coaxial;
- 01(um) Manual de utilização em PORTUGUÊS.

3.4. Estação repetidora digital, conforme segue:

3.4.1. Estação repetidora em UHF, com capacidade de funcionamento nos modos analógico (FM) e digital (TDMA), com fonte de alimentação integrada, e dotado de duplexador de antena, com as seguintes características mínimas:

- Faixa de frequência a atender: 450-470 MHz;
- Potência de transmissão: 45,0 Watts;
- Estabilidade de frequência: +/- 1,5 ppm ou melhor;
- Espaçamento de canais: 12,5 kHz / 25 kHz;

- Sensibilidade: 0,35 microvolts para 12 dB SINAD ou melhor (analógica) e 5% BER @ 0,3 microvolts (digital);
- Seletividade: 60 dB ou melhor;
- Programação de frequência: por sintetizador, dotado de memória programável e reprogramável externamente por meio de computador e software em português;
- Compatível com software para verificação remota do status de funcionamento;
- Equipamento deve estar pronto para conexão por plataforma IP, com a finalidade de expansão de área de cobertura, comunicação entre sites ou de aumento de capacidade tráfego;
- Montagem em gabinete fechado, padrão 19", com ventilação forçada;
- Bateria estacionária 12 Vcc, para uso em conjunto com o flutuador da fonte de alimentação, com capacidade igual ou superior a 60 Ah;
- Sistema irradiante composto de antena omnidirecional 2x5/8 de onda (ganho de 3dBi), com ferragens de fixação e montagem inclusas, e 30 (trinta) metros de cabo coaxial flexível de 1/2" 50 ohms, tipo RG213, com malha cobertura de malha igual ou superior a 90%;
- Duplexador de antenas de UHF com seis cavidades, com corpo constituído de alumínio e cobre, terminação "N" e isolamento mínima de 80 dB entre as portas de Rx e Tx .

3.4.2. Conteúdo mínimo obrigatório:

- 01(uma) Estação repetidora;
- 01(um) gabinete fechado, padrão 19";
- 01(uma) bateria estacionária;
- 01(uma) Antena omnidirecional;
- 30(trinta) metros de cabo coaxial;
- 01 (um) duplexador de antenas;
- 01(um) Manual de utilização em PORTUGUÊS.

3.5. Software para gerenciamento e despacho em rede de radiocomunicação digital, conforme segue:

3.5.1 - O software deve ser baseado no conceito Cliente-Servidor e desenvolvido especialmente para os rádios com tecnologia digital que se pretende instalar, com as seguintes características:



- A aplicação deve ser disponível em português;
- A aplicação deve utilizar banco de dados Microsoft SQL Server 2008;
- Deve permitir a integração do Sistema da Comunicação da rádio UHF com redes Ethernet e Internet. Ter a capacidade de transmitir e receber áudio no computador através de rádio digital (VOIP);
- A aplicação deve suportar conexão direta a repetidora através da porta ethernet (IP) em modo DIGITAL;
- O software deve suportar conexões ilimitadas de repetidores através da porta ethernet em modo DIGITAL;
- A aplicação deve possuir a licença fornecida pela empresa DVSI, que garante a legalidade de codificar e decodificar o formato de áudio AMBE +2;
- Operação do rádio a partir de um PC com conexão remota ao Servidor (Transmissão, Recepção e mudança de canais);
- A aplicação no Servidor pode ser monitorada e controlada via Rede Local ou Internet por um numero ilimitado de despachadores remotos simultaneamente (desde que exista banda na rede para suportar todos os acessos);
- A aplicação deve garantir a possibilidade da aquisição de licenças adicionais de despachadores remotos sem qualquer limitação, desde que seja considerado adequado de acordo com o trafego de comunicação no sistema;
- O aplicativo cliente deve possuir a capacidade de reconexão automática ao servidor;
- O software deverá suportar até 8 canais de rádios independentes conectados a um mesmo PC via cabo USB e fios de áudio;
- O aplicativo deve suportar integração com pedal de PTT através de porta serial RS-232 ou adaptador USB-SERIAL;
- O software deve contemplar um módulo 'gateway' remoto para expansão de canais (8 canais por gateway). O 'gateway' se conecta ao aplicativo 'servidor' via IP;
- O aplicativo deve permitir ao despachador a habilidade de operar em 1, vários, ou todos os canais disponíveis no sistema. A visualização dos mesmos devem ocorrer em uma única tela da aplicação de cliente;
- Deve permitir o emudecimento de canais de forma individualizada;
- Deve possuir a capacidade de unir canais de rádio disponíveis no servidor para que os rádios de canais diferentes falem entre si;
- O software deve permitir a visualização de chamadas 'ativas' em sessão dedicada na tela, sendo possível eleger quais tipos de chamadas deverão ser exibidas nessa sessão;

- Deve permitir a personalização do tempo que uma chamada privativa não atendida pelo operador deve permanecer visível na sessão de chamadas 'ativas';
- A aplicação deve conter a opção de criar 'comandos rápidos' para: - Enviar Mensagem de Texto; - Enviar Telemetria; - Solicitar Localização; e - Enviar Mensagem de Voz Gravada, de forma a agilizar a operação;
- O software deve possuir ícones de atalho exibidos ao lado dos rádios cadastrados, e quando selecionados, devem permitir a realização de chamadas e comandos específicos com um clique do mouse;
- Deve permitir a criação de 'grupos dinâmicos' através da console, onde o despachador arrasta com o 'mouse' os grupos que deseja integrar por tempo determinado. O operador que cria o 'grupo dinâmico' deve ser o responsável pela manutenção e encerramento do mesmo;
- O servidor deve possuir um módulo de integração que permita a conexão de até 8 rádios móveis de qualquer tecnologia/protocolo. Esses rádios conectados ao módulo de integração deverão ser representados graficamente na console, permitindo o acionamento do transmissor desses rádios, bem como a escuta em tempo real do áudio recebido;
- Deverá permitir a interligação de 1 ou múltiplos canais, definidos pelo administrador do sistema. Deverá ainda incluir os rádios conectados ao 'módulo de integração' nessa possível interligação;
- A aplicação deverá ter a capacidade de processar o serviço de mensagem de texto, receber e enviar para os rádios do sistema;
- O software deve suportar interconexão telefônica por meio de servidor SIP, sendo capaz de transferir chamadas recebidas para os rádios, bem como permitir que os mesmos originem chamadas telefônicas;
- O aplicativo deve dispor de um atendimento telefônico automático em português, descrevendo as opções do usuário na utilização do recurso telefônico;
- A aplicação deverá ter a facilidade de agendamento e envio automático de mensagens de texto e mensagens de voz gravadas anteriormente;
- A aplicação deve ser capaz de encaminhar as mensagens do texto dos rádios para um endereço de e-mail, e também encaminhar de um endereço de e-mail para os rádios;
- O software deve possuir a função INTERCOM entre operadores de console, onde os despachadores poderão transmitir e receber mensagens de áudio entre si através da rede IP;
- A aplicação deve suportar todos os tipos de chamadas de rádio: Chamada privativa chamada de grupo, chamada Broadcast, alerta de chamada, verificação de rádio, inibição e ativação de rádio, monitor remoto e chamada de emergência;



- A aplicação deverá ser capaz de gravar todas as comunicações da voz;
- Quando operando diretamente via IP na repetidora, o software deve permitir o cadastro de uma identificação numérica para cada conta de operador, e o mesmo será exibido no visor dos rádios móveis e portáteis;
- A aplicação deve ser capaz de gerar relatórios de qualquer tipo de mensagem do sistema (sessões de conversação, mensagens de texto, telemetria, etc), localização por período e registro na rede de rádio;
- O software deve permitir a criação de perfis de telemetria, com envio e recepção de comandos personalizados;
- A aplicação deverá possuir um "log de eventos", onde todos os eventos gerados no sistema são registrados (Alerta de chamada, as mensagens do texto, inibição e ativação de rádio, monitoramento remoto, etc.).
- O software deve ter a capacidade de se utilizar listas para classificar a condição dos rádios de usuários (OCUPADOS e LIVRES, por exemplo);
- A aplicação deve possuir encriptação de 128 bits dos dados TCP entre o PC Servidor e o PC cliente;
- Deve exibir informações sobre tamanho do Banco de dados, e possibilitar limpeza do Banco de Dados e áudio através da console (administrador);
- A aplicação deve possuir um sistema de desativação de rádio automática, baseada no comando passivo, ou seja, se o rádio está desligado no momento da tentativa de desativação, o comando fica em modo passivo e é executado assim que o rádio em questão se registra no sistema;
- A aplicação deve possuir um sistema de monitoramento que alerta o despachador caso um rádio não ative o PTT por um período de tempo determinado. A aplicação deve permitir que o despachador possa escolher um ou vários rádios para realizar esse monitoramento;
- Caso o(s) radio(s) selecionado(s) não exerçam atividade durante o período pré estabelecido, uma janela de alarme deve aparecer na tela do computador do despachador. Esta função deve ser disponível para todos os rádios que se integram o sistema;
- O aplicativo deve permitir ao despachador gravar uma mensagem de voz e reenviá-la manualmente para 1 ou vários canais simultaneamente;
- A aplicação deverá possuir um sistema de registro automático de rádios para visualizar quais rádios estão ligados e desligados no sistema.
- O software terá de possuir o controle de telemetria (envio e recepção), podendo enviar comandos e receber alarmes ou notificações a partir das funções de telemetria incorporadas nos rádios digitais.

3.5.2. Conteúdo mínimo obrigatório:

- Licença mínima obrigatória para 01 (um) servidor, 02 (dois) consoles de operação/despacho e licença para terminais de rádio em quantidade maior ou igual a quantidade de equipamentos descritos em 3.1 e 3.2 que estão sendo fornecidos;
- Licença para cliente na quantidade de equipamentos descritos em 3.3 que permitam o gerenciamento e a intercomunicação de voz dos rádios remotos - Conjunto de cabos e conexões necessários à interligação dos equipamentos de rádio a cada um dos computadores onde deverão ser interligados, os quais serão de fornecimento da contratante.

3.6. Computador tipo desktop para funcionamento de software de gerenciamento de rede de rádio digital, conforme segue:

3.6.1 - O computador fornecido deve possuir configuração mínima necessária para funcionamento do software fornecido, acrescentando-se as seguintes características:

- Placa mãe da mesma marca do fabricante do microcomputador, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado. Não serão aceitas placas de livre comercialização no mercado;
- BIOS do próprio fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;
- Sistema Operacional Microsoft Windows 7 Professional, em português (Brasil) ou superior;
- O sistema operacional Microsoft Windows 7 Professional deve estar pré-instalado, bem como, todos os drivers de adaptadores internos necessário para seu funcionamento;
- CD/DVD de instalação do Sistema Operacional Fornecido;
- CD/DVD de reinstalação dos drivers da placa mãe;
- Mínimo de quatro portas USB 2.0;
- Placa de vídeo Intel Graphics Media Accelerat;
- Placa de rede de 1 Gbps – RJ45;
- Monitor LCD, Widescreen, tamanho mínimo de 32 polegadas com kit multimídia incorporado;
- Disco Rígido com tamanho mínimo de 500 GB, SATA 3GB/s (7200 RPM);
- Gravador de CD/DVD (DVD +/- RW 16X);
- 2 (dois) Slot PCI-E x1 e 1 (um) Slot PCI-E x16;



- Equipado com placa de áudio PCI para conexão ao(s) rádio(s) fixo(s), com quantidade de portas compatível com as características do software.

3.6.2. Conteúdo mínimo obrigatório:

- Computador tipo desktop conforme especificações, com cabo de alimentação, teclado com 104 teclas (ABNT 2), mouse óptico de dois botões do mesmo fabricante do equipamento e no-break 600 VA ou superior.

3.7) Projeto técnico para licenciamento de estações de radiocomunicação junto à ANATEL e demais providências legais

3.7.1 - A Contratada deverá elaborar em nome da Contratante, o projeto de licenciamento das frequências em UHF, conforme testes preditivos a serem realizados sob sua expensa, e apresentá-lo junto à ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações. Tal atividade compreende:

3.7.1.1 - Preenchimento de requerimento padrão;

3.7.1.2 - Anexar documentação jurídica do interessado;

3.7.1.3 - Elaboração de Projeto técnico, instruído por:

- Cálculo de propagação do repetidor em software específico;

- Diagrama de cobertura de cada estação;

- Justificativa técnica de uso de repetidor, comprovando que é necessário o uso de canal duplex;

3.7.1.4 - Preenchimento dos formulários técnicos padrões aplicáveis para cada estação, conforme normas e convenções internas da ANATEL:

3.7.1.5 - Formulário de descrição geral do sistema;

3.7.1.6 - Formulário do diagrama de funcionamento da rede;

3.7.1.7 - Formulário de cada estação;

3.7.1.8 - Formulário de frequência de cada estação.

3.7.1.9 - Execução do autocadastramento das características das estações e frequências no sistema de banco de dados da Anatel.

3.7.1.10 - Emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) pelo projeto e pela instalação;

3.7.1.11 - Emissão de TRI (Termo de Responsabilidade Técnica) pela instalação;

3.7.1.12 - Emissão de Laudo conclusivo e responsabilidade do projeto e instalação;



3.7.1.13 - Elaboração de relatório de conformidade, através de cálculos teóricos, de cada uma das estações, comprovando que a emissão de radiação não ionizante encontra-se dentro dos limites estabelecidos na Resolução 303 da Anatel.

3.7.2 - Todos os documentos técnicos devem obrigatoriamente ser elaborados e emitidos por engenheiro com habilitação comprovada nos artigos 8º e 9º da Resolução nº 218 do CONFEA.

3.7.3 - As Taxas junto à ANATEL decorrentes do licenciamento das redes serão de responsabilidade da contratada.

3.8) Treinamento de uso e operação do sistema de radiocomunicação fornecido e instalado.

3.8.1 - A Contratada deverá prever às suas expensas, treinamentos para manuseio e operação do sistema;

3.8.2 - Os treinamentos serão realizados após a liberação e aceitação pela contratante. A carga horária e a abrangência serão definidas pela contratante em acordo com a contratada;

3.8.2.1 – A carga horária para o treinamento deverá ser de 08 (oito) horas.

3.8.3 - As descrições sucintas dos principais objetivos que devem ser alcançados com os treinamentos propostos são:

3.8.3.1 - Apresentar o sistema e suas integrações à rotina operacional da contratante;

3.8.3.2 - Treinar usuários finais quanto à utilização dos equipamentos e seus recursos operacionais;

3.8.3.3 - Treinar usuários-chave quanto à resolução de problemas e crises oriundas da relação com o sistema;

3.8.4 - A contratada deverá, obrigatoriamente, ministrar todos os treinamentos, bem como fornecer todo o material didático de treinamento, impreterivelmente na língua portuguesa, em local indicado pela contratante

3.8.5 - No final de cada treinamento a contratada deverá apresentar à contratante, os seguintes documentos:

3.8.5.1 - lista de presença;

3.8.5.2 - avaliação do treinamento;

3.8.3.8 - avaliação dos treinandos; e

3.8.5.4 - certificação do treinamento a cada treinando.



4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1 - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- 4.2 - A contratada deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- 4.3 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Contratante, no tocante aos serviços a serem executados, assim como as suas obrigações, sendo que a ausência de fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas no edital e neste contrato;
- 4.4 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços no TRF-2ª Região, estarão sujeitos a suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o TRF-2ª Região, pois que manterão Contrato de trabalho com a Contratada, cabendo exclusivamente a esta responder pelos encargos trabalhistas previdenciários e fiscais, resultantes da execução do presente Contrato;
- 4.5 - A Contratada deverá manter o Tribunal a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato;
- 4.6 - A Contratada deverá manter seus empregados alocados na execução do serviço ora contratado, em situação empregatícia regular e legal. O Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar conveniente, exigir esta comprovação;
- 4.7 - A Contratada deverá executar os serviços de maneira a não interferirem nas atividades do Contratante;
- 4.8 - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo da Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento ou da garantia oferecida, a critério do Contratante, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;
- 4.9 - A Contratada se responsabilizará por quaisquer indenizações devidas aos seus empregados, inclusive àquelas relativas a acidentes de trabalho, decorrentes da execução do presente contrato;
- 4.10 - A Contratada se obrigará a designar o responsável técnico que acompanhará o contrato, sendo este o elo de ligação da mesma com a administração da Contratante, devendo possuir poderes para solucionar todos os problemas oriundos da relação contratual.



4.11 - A Contratada utilizará na prestação dos serviços objeto do presente Contrato, mão de obra qualificada, equipamentos e materiais de primeira qualidade e suficientes a realização dos serviços.

4.12- Será responsabilidade da contratada a obtenção das licenças de funcionamento das estações junto à ANATEL, conforme normas e procedimentos aplicáveis, para que os novos equipamentos digitais ora adquiridos possam operar em conformidade com a legislação vigente.

4.13 - A contratada deverá comprovar **antes do início dos serviços** que possui em seu quadro, pelo menos, 01 (um) engenheiro de telecomunicações ou eletrônico, devidamente registrado no CREA.

4.14 - A contratada deverá comprovar **antes do início dos serviços** que possui em seu quadro, pelo menos, 01 (um) técnico de telecomunicações ou eletrônico, devidamente registrado no CREA.

5. GARANTIA

5.1 - O Prazo de garantia dos serviços é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.2 - Durante o período de garantia, a contratada deverá atender ao chamado técnico formal do contratante e corrigir, num período máximo de 72 (setenta e duas) horas após o chamado, às suas custas, quaisquer itens que venham a prejudicar a implementação do projeto.

5.3 - A contratada deverá apresentar, sempre que for solicitado, relatório detalhado dos serviços executados.

5.4 - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, qualquer item do projeto que, comprovadamente, não atenda às necessidades especificadas, ficando a contratada obrigada a corrigir o projeto e regularizá-lo junto à ANATEL, sem qualquer ônus para o contratante.

5.5 – A garantia é dada sobre o sistema em funcionamento e aceito pela contratante.

6. FISCALIZAÇÃO

6.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

6.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:



6.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços.

6.2.2 - Ordenar à contratada corrigir ou refazer as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

6.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados;

6.3 - A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

7 - MODELO PLANILHA DE PREÇOS:

<i>Item</i>	<i>Descrição</i>	<i>Quant.</i>	<i>Valor unitário</i>	<i>Valor total</i>
01	Rádio comunicador portátil digital UHF, sem display, sem teclado, de acordo com o item 3.1 dessa especificação.	105	3.860,09	405.309,45
02	Rádio comunicador portátil digital UHF, com display, com teclado, com GPS, de acordo com o item 3.2 dessa especificação.	25	4.870,78	121.769,50
03	Rádio comunicador digital UHF, para uso fixo, sem display, com características e conteúdo de acordo com o item 3.3 dessa especificação.	04	6.806,19	27.224,79
04	Estação repetidora digital UHF, com características e conteúdo de acordo com o item 3.4 dessa especificação.	04	20.886,34	83.545,36
05	Software para gerenciamento e despacho em rede de radiocomunicação digital, compatível com plataforma de funcionamento com múltiplos sites, com características e de acordo com o item 3.5 dessa especificação.	01	81.509,00	81.509,00
06	Computador tipo desktop para funcionamento de software de gerenciamento de rede de rádio digital, com características e de acordo com o item 3.6 dessa especificação.	02	7.385,16	14.770,32
07	Serviços de instalação	01	19.646,66	19.646,66
08	Comissionamento, programação e ajuste do sistema.	01	37.100,00	37.100,00
09	Projeto técnico para licenciamento de estações de radiocomunicação junto à ANATEL e demais providências legais, conforme definições elencadas no item 3.7 desta especificação.	01	21.955,95	21.955,95
10	Treinamento de uso e operação do sistema de radiocomunicação fornecido e instalado, conforme definições listadas no item 3.8 dessa especificação.	01	18.400,00	18.400,00
VALOR TOTAL R\$ 831.231,03				



A N E X O II
Certificado de Vistoria
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/15
Proc. TRF2-EOF-2015/00292

Atesto, para os devidos fins, que o representante da empresa abaixo identificada esteve no local onde serão executados os serviços especificados no Pregão 148/2015.

NOME DA EMPRESA: _____

TEL: _____

REPRESENTANTE: _____

OBJETO DE SERVIÇOS:

Rio de Janeiro, de de 2015.

Assinatura do servidor acompanhante
SECRETARIA LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA - SIE
NÚCLEO DE SEGURANÇA E TRANSPORTE - NUSET

Assinatura do representante da empresa